

# Shrinking Spaces

O impacto da Estrada de Ferro Carajás sobre povos e comunidades tradicionais

de Tilia Götze



Dossiê  
Julho 2024

**KoBra**  
Kooperation Brasilien

## **O impacto da Estrada de Ferro Carajás sobre povos e comunidades tradicionais**

De Tilia Götze

### Índice

1. Histórico da ferrovia Carajás .....	2
2. Piquiá de Baixo: As consequências da indústria do ferro .....	3
3. Piquiá da Conquista: resistência local .....	4
4. O impacto particular sobre as mulheres: Assentamento Francisco Romão.....	6
5. Venenos agrícolas perto de Timbiras: Morada Nova .....	8
6. Rio dos Cachorros: Terminal e porto em São Luís .....	10
7. Quem se beneficia? Exemplo de comércio de pesticidas .....	14
8. Conclusão.....	15

## 1. Histórico da Estrada de Ferro Carajás

O Maranhão é um centro de extração de matérias-primas. É o lar do triângulo Balsas - Imperatriz - Açailândia, entre outros. Balsas é dominada pelo setor agrícola, Imperatriz é a capital da energia e Açailândia é conhecida por sua indústria siderúrgica. Há também inúmeras monoculturas de eucalipto na área circundante e cultivo de soja em toda parte.

Todas as cidades ainda são jovens e foram criadas porque as estradas e ferrovias se cruzam aqui. O que é produzido aqui é transportado por essas rotas até o porto de São Luís, de onde é exportado para a Europa e para a China. Portanto, é uma mina de ouro para as empresas. A Europa se beneficia enormemente, pois as matérias-primas baratas para nossa produção vêm daqui: massas de ração animal, carne, bem como celulose para papel e minérios para nossa indústria.

A mina de Carajás está localizada no estado do Pará, na Floresta Amazônica, e é a maior mina de minério de ferro do mundo. A mina, operada pela mineradora Vale S.A., extrai minério de ferro, ouro, manganês, bauxita, cobre e níquel. Os grandes depósitos de minério de ferro se tornaram conhecidos na década de 1960 e têm sido extraídos no local desde então. A UE apoiou a construção da mina com US\$ 600 milhões, garantindo o direito de comprar um terço da produção anual por 15 anos<sup>1</sup>. Em 2022, 50% do minério de ferro de Carajás foi para a China e a Alemanha foi o parceiro comercial mais importante da Europa. Na Alemanha, 50% do minério de ferro importado veio de Carajás, o que corresponde a 5% das exportações de minério de ferro da Vale. As empresas automotivas, em particular, desempenham um papel importante, pois 65% de um carro é composto de materiais de aço e ferro. As empresas não deixam claro de onde exatamente vem o material<sup>2</sup>.



Para poder exportar o minério para o exterior mais rapidamente, a Vale construiu uma linha férrea de 892 quilômetros de extensão, a "Estrada de Ferro Carajás" (EFC), de 1982 a 1985, que liga a mina de Carajás, em Parauapebas, ao porto de São Luís. Os trens estão entre os mais longos do mundo e consistem em até 330 vagões, com três a quatro locomotivas por trem<sup>3</sup>. Essa opção de transporte levou a um enorme aumento na extração e exportação de matérias-primas: Enquanto 22 milhões de toneladas eram extraídas por ano em 1981, esse número subiu para 110 milhões de toneladas em 2012. Atualmente, cerca de 120 milhões de toneladas de minério são extraídas todos os anos<sup>4</sup>.

O trem passa pelos estados do Pará e do Maranhão e faz paradas em cinco locais: Parauapebas, Marabá, Açailândia, Santa Inês e São Luís.

Todo o projeto, desde a mina até o percurso do trem até o porto, tem um impacto negativo grave sobre o meio ambiente e a população local, especialmente sobre povos e comunidades tradicionais. Somente no

<sup>1</sup> <https://diercke.de/content/serra-dos-caraj%C3%A1s-brasilien-rohstofferschlie%C3%9Fung-978-3-14-100803-6-265-4-1>

<sup>2</sup> <https://www.dgb-bildungswerk.de/weltweit/der-weite-weg-der-eisenerzes>

<sup>3</sup> <https://rosalux.org.br/der-bergbau-ist-ein-monster/>

<sup>4</sup> <https://oespecialista.com.br/maior-trem-do-mundo-carajas-brasil/>

Maranhão, a linha férrea divide 23 cidades e os impactos afetam cerca de 100 povos e comunidades tradicionais.

Ativistas e organizações de direitos humanos no local e na Alemanha têm lutado pelos direitos das pessoas e da natureza desde o início<sup>5</sup>. Agora, a empresa GPM (Grão Pará Maranhão), também no Maranhão, está planejando construir outra linha ferroviária com um porto de águas profundas próximo à São Luís. Aqui também, o objetivo é transportar matérias-primas, nesse caso, principalmente soja.

Este relatório conta a história de uma viagem ao longo da linha férrea, de Açailândia à São Luís, com visitas a quatro comunidades tradicionais que sofrem com seus efeitos. Cada comunidade tem um foco, mas muitos impactos se repetem em cada um dos lugares visitados. A viagem foi organizada pela KoBra, acompanhada por organizações locais que também elegeram as comunidades visitadas ao longo do percurso. As organizações envolvidas foram a Justiça nos Trilhos (JnT), o CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra).

## 2. Piquiá de Baixo: As consequências da indústria do ferro

Açailândia está localizada no cruzamento da linha férrea de Carajás e das rodovias estaduais BR-222 para São Luís e BR-010, que vai até Brasília. A comunidade Piquiá de Baixo vive nas proximidades de Açailândia desde o início da década de 1960 e, desde então, tem vivido da pesca e da agricultura familiar. As condições locais eram boas porque a aldeia está localizada diretamente no rio Piquiá<sup>6</sup>.

A instalação da linha férrea trouxe várias empresas para a região, para a extração de ferro, produção de cimento, energia, mas também para o cultivo de soja e monoculturas de eucalipto.



Hoje, há quatro empresas de fundição de ferro na região, entre outras. Elas se estabeleceram no local devido à proximidade com a linha férrea, a estrada e a água. A mistura de ferro e cal chega de trem de Carajás, é transportada para as usinas por caminhão e o ferro-gusa é produzido em um processo de aquecimento nos 14 fornos do local. O ferro-gusa derretido tem uma temperatura de 1.400°C e é transportado para a siderúrgica pelas ruas onde as pessoas moram e as crianças brincam. Há também uma usina de energia no local e uma fábrica de cimento, onde os resíduos da produção são processados para fazer cimento. O Piquiá de Baixo está localizado ao lado dos edifícios de fundição de ferro e dos fornos.

A empresa operacional Cimento Açai se descreve como "verde" porque o produto que produz é ecologicamente correto. "Ótima qualidade, respeito ao meio ambiente, redução da porosidade, maior resistência a sulfatos, menor efeito de umidade, inibição da reação álcali-agregado", escreve a empresa em seu site.

Na seção "Missão, Visão e Valores", da Cimento Açai, afirma-se que "nós da Cimento Açai e todos os funcionários temos a responsabilidade e a obrigação de nos comportar de forma ética e íntegra em todos os nossos relacionamentos e de reforçar e disseminar constantemente essa cultura e esse comportamento". Eles também escrevem sobre o futuro sustentável que querem construir e se gabam

<sup>5</sup> <https://justicanostrilhos.org/liderancas-de-alcantara-e-piquia-de-baixo-partilham-experiencias-de-luta-em-encontro-que-discute-impactos-do-projeto-grao-para-maranhao/>

<sup>6</sup> <https://piquiadebaixo.com.br/nossa-historia/>

de ter instalado filtros de mangas para partículas de poeira e de granular a escória líquida, que é um produto residual da produção de ferro-gusa, em escória granulada de alto-forno para reutilização<sup>7</sup>.

Do ponto de vista dos moradores de Piquiá de Baixo, isso não é nem de longe suficiente para se considerarem "verdes". Apesar dos filtros, a poeira ainda é produzida. A empresa utiliza a água do rio vizinho para resfriar a escória, o que, de acordo com estudos, aumenta a temperatura da água em 4 graus Celsius. Também foram detectados metais pesados na água, o que torna quase impossível a pesca, o banho e o uso da água para a agricultura familiar, além de ter efeitos prejudiciais à saúde dos moradores.

Parte da escória ainda é despejada na área rural próxima ao vilarejo, diz João, da Justiça nos Trilhos: "O poço é de acesso livre e crianças já morreram lá porque foram puxadas para a mistura e não conseguiram sair".

Quando os caminhões de transporte pesado passam pela estrada, eles levantam a poeira que fica visível em toda parte: as plantas ficam cobertas por uma película avermelhada e adoecem, de modo que a comunidade precisa comprar alimentos na cidade porque as pessoas não conseguem mais se sustentar por meio da agricultura familiar. Ao mesmo tempo, não há ônibus para a cidade há algum tempo e as pessoas têm que esperar muito na beira da estrada por táxis, que são caros. A poeira também entra na água e nas casas dos moradores, que reclamam de doenças como dores de cabeça constantes, inflamações na pele, doenças respiratórias, inflamações nos olhos e aumento de alergias nas crianças. "A inflamação da pele e dos olhos está sempre voltando", diz João.

Investigações mostraram que as empresas do setor de ferro-gusa em Açailândia não estão cumprindo as normas ambientais aplicáveis, em especial a Portaria nº 111 do Ministério do Meio Ambiente do Maranhão. A Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá (ACMP) e organizações parceiras denunciaram essas infrações ao Ministério Público, que levou as reclamações adiante. No entanto, as secretarias ambientais responsáveis pelas licenças não realizaram as verificações necessárias<sup>8</sup>.

A situação é devastadora e, quando se considera que esses riscos à saúde e a destruição ambiental por parte das empresas seriam impensáveis em um vilarejo alemão, as estruturas neocoloniais em andamento se tornam aparentes. Não se trata apenas de uma questão de regras ou leis "melhores", que o Brasil também poderia introduzir; a situação é muito mais complexa. As dependências globais levam países como o Brasil a produzir matérias-primas baratas e isso só é possível por meio da exploração local. As empresas estrangeiras também se aproveitam das "regras flexíveis" e apoiam as condições de exploração no Sul global, das quais, por sua vez, lucram em sua cadeia de produção.

### 3. Piquiá da Conquista: resistência local

A comunidade de Piquiá de Baixo se organizou há 19 anos. Juntamente com apoiadores de sua luta, os moradores fundaram a associação de moradores (ACMP) e a organização "Justiça nos Trilhos" (JnT), que hoje trabalha com muitas comunidades locais e faz campanhas por seus direitos em várias áreas. Eles também trabalham com a Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH) e outras organizações.

Inicialmente, a população de Piquiá exigiu que as empresas de sua vizinhança garantissem melhores condições. A ACMP também entrou em negociações com a Vale S.A., que fornece as matérias-primas para a siderúrgica e detém a licença para a ferrovia de Carajás. Depois que todas as suas exigências não deram em nada, os moradores de Piquiá de Baixo decidiram que a comunidade deveria ser realocada

---

<sup>7</sup> <https://www.cimentoacai.com.br/missao-visao-e-valores/>

<sup>8</sup> <https://piquiadebaixo.com.br/nossa-historia/>

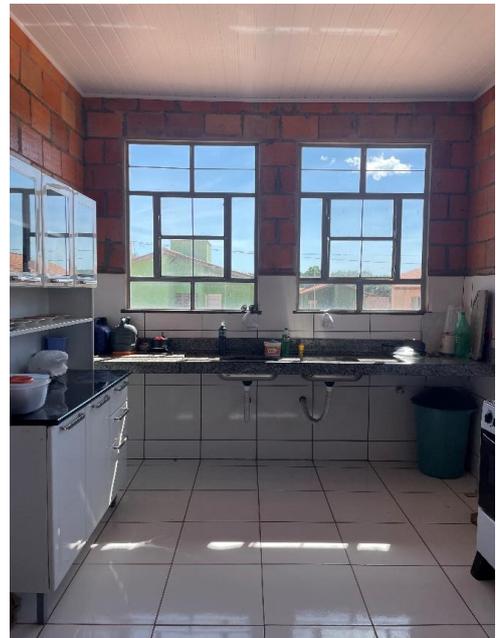
devido à poluição. Francisca, também conhecida como Tida, está lá desde o início das lutas e diz: "fizemos uma manifestação de 32 horas em frente à empresa [Vale]. Estava chovendo e todos estavam cansados, mas resistimos". A comunidade de São Luís e Brasília também se manifestou por seus direitos e exigiu o reassentamento. "Isso foi na época do governo da Dilma. Levamos nossas lutas até Brasília e falamos com a Dilma sobre nossa situação. Até o Papa ficou sabendo da nossa história. "De fato, a "Rede Igrejas e Mineração" levou a luta deles à atenção do Papa Francisco em 2019. Flávia, moradora de Piquiá de Baixo, também viajou até Genebra para denunciar ao Relator Especial da ONU as violações de direitos em sua comunidade<sup>9</sup>. A luta também aborda a corresponsabilidade dos governos do município de Açailândia e do estado do Maranhão.

Qual foi o resultado de toda essa resistência?



Hoje, a nova vila de Piquiá da Conquista fica a poucos quilômetros de Piquiá de Baixo. No início de junho de 2024, há casas de várias cores vazias para 312 famílias. A construção foi financiada em parte por empresas e em parte por fundos do programa "Minha Casa Minha Vida" (MCMV). Esse último é um programa do governo para moradores de rua. "O programa foi criado no Rio Grande do Sul e, como lá faz muito frio, todas as casas tradicionais têm aquecedores. Eles simplesmente constroem essas casas, que são adaptadas às condições do sul do país, em todo o Brasil", diz Larissa, da JnT.

A comunidade lutou contra isso. Por meio de muitas discussões e entraves, eles conseguiram garantir que os moradores tivessem mais influência sobre como projetos das casas com o apoio de um arquiteto de São Paulo.. Agora, há três modelos diferentes de casas: Um tem uma sala de estar grande, o segundo tem uma cozinha grande e o terceiro tem um espaço aberto para a cozinha e a sala de estar juntas. Há também a opção de adicionar mais cômodos à casa. A única restrição é que as casas não podem ser construídas muito altas - essa é uma exigência do programa MCMV. Há áreas verdes ao redor das casas que podem ser usadas como jardins e a vila também tem um centro comunitário, uma cozinha comunitária, uma escola, uma quadra de esportes e um posto de saúde. As comunidades vizinhas também se beneficiarão da escola, em particular, pois as crianças atualmente têm que fazer longas jornadas até a escola e quase não há transporte público.



A opinião da comunidade foi considerada nos projetos das casas e das ruas, onde deveria ser construído e quais materiais deveriam ser usados. Em várias reuniões e discussões comunitárias, eles discutiram e, por fim, decidiram juntos. Há também um sistema para decidir quem se mudará para cada casa: há um grupo inicial de pessoas com deficiência e idosos, por

<sup>9</sup> <https://repam.org.br/piquia-de-baixo-uma-historia-de-esperanca-para-o-sinodo/>

exemplo, que puderam escolher primeiro. Depois disso, as famílias que têm sido muito ativas nas lutas pelo reassentamento puderam escolher: "desenvolvemos um sistema de pontos com o qual todos ficaram satisfeitos", diz Tida.

Hoje, o objetivo das negociações com os bancos e as empresas é garantir que as pessoas não tenham que pagar por essas casas. No programa MCMV, os moradores normalmente pagam um aluguel que é ajustado à sua renda. Em Piquiá da Conquista, as casas só seriam quitadas após cerca de 10 anos. O objetivo é evitar que as pessoas tenham que pagar pelo reassentamento que as empresas estão obrigando a fazer. Portanto, a resistência ainda não chegou ao fim e é improvável que chegue tão cedo. A luta para proteger o Rio Piquiá permanece, assim como a memória do lugar onde os habitantes viveram e escreveram suas histórias. Há também o destino das famílias que não estão no programa de reassentamento e decidiram permanecer em seu antigo local<sup>10</sup>.

"O caso de Piquiá de Baixo é emblemático, recebeu solidariedade nacional e internacional e, se bem resolvido, pode se tornar um modelo para a organização da população. Ele mostra que as pessoas afetadas são capazes de mudar o impacto da indústria, identificando as responsabilidades dos poderes políticos e econômicos e construindo modelos de vida e produção que sejam verdadeiramente sustentáveis e respeitem as culturas e prioridades locais", escrevem os moradores de Piquiá de Baixo em seu site<sup>11</sup>.

#### 4. O impacto especial sobre as mulheres: Assentamento Francisco Romão

Em 2007, 250 famílias do movimento sem-terra MST receberam terras perto de Açailândia, o Assentamento Francisco Romão, após longas batalhas. Desde então, elas vivem da agricultura familiar no local. No entanto, a infraestrutura local é precária e as casas estão localizadas diretamente na linha férrea de Carajás, onde os trens mais longos do mundo, cheios de vagões de minério de ferro abertos, passam 24 vezes por dia. As casas e os tanques de água tremem e a poeira fina de ferro é liberada dos vagões no ar e no solo. A linha férrea também leva à rápida expansão do setor agrícola no local. Das 250 famílias em 2007, restam agora 80. As demais decidiram se mudar devido às difíceis condições de vida causadas pela linha férrea<sup>12</sup>.

A Justiça nos Trilhos trabalha em estreita colaboração com as mulheres das comunidades da região, pois elas são particularmente afetadas pelo impacto da linha férrea. A organização está convencida de que um modelo econômico com grandes projetos de infraestrutura voltados para os interesses do capital transnacional está associado a altos custos sociais, ecológicos e culturais para a população local. A JnT adota uma abordagem feminista e interseccional em seu trabalho, que considera que as mulheres são mais afetadas pela desigualdade e desfavorecidas na sociedade devido ao seu gênero, classe e etnia. O conceito também pressupõe que a desigualdade de papéis e direitos é resultado de construções sociais de imagens de gênero.

Outro problema é a perda da independência econômica das mulheres. As mulheres mais velhas das comunidades, em particular, sempre foram quebradeiras de coco babaçu, vendendo amêndoas de babaçu, óleo de babaçu, sabão, leite e carvão. Elas cuidaram dos campos, plantaram, colheram e pescaram. Devido à destruição e à poluição causadas por projetos de infraestrutura, como a linha férrea, as palmeiras de babaçu estão morrendo, os braços dos rios estão secando e a água está

---

<sup>10</sup> Direitos humanos e empresas: Vale S.A. e as estratégias de dominação, violações e conflitos envolvendo territórios, água, raça e gênero (2019), Justiça nos Trilhos, S.44

<sup>11</sup> <https://piquiadebaixo.com.br/nossa-historia/>

<sup>12</sup> [https://www.nw.de/nachrichten/wirtschaft/23731636\\_Kleinbauern-in-Brasilien-kaempfen-gegen-internationalen-Raubbau.html](https://www.nw.de/nachrichten/wirtschaft/23731636_Kleinbauern-in-Brasilien-kaempfen-gegen-internationalen-Raubbau.html)

contaminada. Embora as mulheres ainda realizem suas atividades, elas estão sofrendo enormes perdas de renda. Isso não só afeta sua independência, mas também sua dignidade, integridade física, segurança alimentar, saúde e outros direitos<sup>13</sup>.

#### Associação das Mulheres das Sementes da Terra



A Associação das Mulheres das Sementes da Terra foi fundada na comunidade Francisco Romão em 2017, quando várias mulheres de comunidades vizinhas se reuniram regularmente pela primeira vez nas salas da escola. Entre outras coisas, elas compartilhavam suas experiências de violência e apoiavam umas às outras da melhor forma possível. Após anos de comprometimento e arrecadação de fundos, elas conseguiram construir uma casa para a organização. Há espaço para apoio psicológico e tratamento ginecológico com médicos que ocasionalmente vêm de Açailândia para a

comunidade. A casa está à disposição de todos os que sofrem violência - não apenas mulheres, mas também pessoas queer e homens são bem-vindes<sup>14</sup>.

A associação tem o objetivo de fortalecer a independência das mulheres e faz campanhas por educação, saúde, transporte público de qualidade e água potável, entre outras coisas. Em uma reunião, elas contam à KoBra e à JnT sobre os problemas no local:

"Há seis anos, a área ainda era cercada por floresta, mas agora há campos de soja e milho ao redor do Assentamento", diz Arielle. "As toxinas agrícolas das monoculturas também afetam a nós e a nossa agricultura de pequena escala, pois se espalham pelo ar. Ninguém pode controlar exatamente para onde o vento leva as toxinas e os grandes agricultores da região também não se importam". Uma médica de Açailândia, que foi contatada por moradores que sofrem de dores de cabeça persistentes, ataques cardíacos e derrames, relacionou as doenças ao pó de ferro da região. Ela atribuiu o nascimento de um bebê com os olhos fechados à influência de venenos agrícolas.

As mulheres da organização também falam sobre a pressão que os agricultores de grande escala exercem sobre os pequenos proprietários para que vendam ou arrendem suas terras para eles. Isso, por sua vez, alimenta os conflitos dentro da comunidade. Alguns esperam ganhar dinheiro extra porque não veem outra forma de obter renda, enquanto outros os condenam por abrir mão da terra pela qual lutaram.

De modo geral, muitos dos habitantes vivem na pobreza porque a destruição da biodiversidade pela linha férrea e pelo setor agrícola fez com que as pessoas não pudessem se sustentar com suas colheitas nem vender o excedente da produção localmente. Portanto, seu modo de vida tradicional não é mais possível.

A pobreza traz consigo novos problemas, dizem as mulheres, ao passo que causa o aumento da violência nas famílias e na comunidade. Ao mesmo tempo, os grandes fazendeiros empregam cada vez

---

<sup>13</sup> Direitos humanos e empresas: Vale S.A. e as estratégias de dominação, violações e conflitos envolvendo territórios, água, raça e gênero (2019), Justiça nos Trilhos, S.47-50.

<sup>14</sup> <https://justicanostrilhos.org/tags/francisco-romao/>

mais métodos violentos ou, no limite, favorecem essas práticas. Os membros da família são recrutados para trabalhar na agricultura no sul do país sob a promessa de bons salários e, em seguida, acabam em condições análogas à escravidão devido à dependência e não retornam. A prostituição e o abuso sexual de crianças também ocorreram junto com os agricultores de grande escala e a pobreza. Os trabalhadores da agricultura industrial não veem isso como um problema, pois as meninas batem em suas portas por vontade própria. Na realidade, porém, as meninas geralmente são menores de idade e tentam arrecadar dinheiro para suas famílias dessa forma.

Arielle também nos conta sobre casos em que animais e pessoas da comunidade foram mortos pelo trem. Isso aconteceu em parte ao cruzar os trilhos, mas também ao tentar pegar o trem para São Luís. Crianças subiram em vagões vazios, não conseguiram sair e morreram no caminho para São Luís sob o calor ou por causa da chuva de ferro.

Ameaças contra a organização também não são incomuns. A luta contra o agronegócio e as empresas ferroviárias representa um desequilíbrio de poder. Os moradores se sentem impotentes porque, em alguns casos, até mesmo o governo local e o Ministério Público cooperam com as empresas.



No entanto, as batalhas locais significaram que agora há melhores controles sobre os trens enquanto eles param e ninguém morreu há alguns anos. Uma ponte asfaltada também foi construída perto do Assentamento, o que pelo menos facilita um pouco a travessia dos trilhos. Apesar das muitas dificuldades, a associação continua lutando e fazendo campanha pelos direitos da população local. Eles realizam trabalhos feministas, facilitam oficinas, tratamentos e organizam campanhas, como o dia internacional da luta feminista em 8 de março.

## 5. Venenos agrícolas próximos a Timbiras: Morada Nova

A linha de trem de Carajá, bem como a expansão de estradas e outras linhas ferroviárias, favorece a exploração das áreas vizinhas. A terra fica subitamente acessível a empresas transnacionais e nacionais, bem como a madeireiros ilegais e garimpeiros.

Tanto durante minha visita ao Assentamento Francisco Romão quanto na reunião da comunidade em Morada Nova, perto de Timbiras, os venenos agrícolas desempenham um papel importante. As terras ao redor da linha férrea estão sendo cada vez mais ocupadas pelo setor agrícola. As empresas e os agricultores trabalham de acordo com uma lógica capitalista voltada para o lucro. As monoculturas, que demandam um alto emprego de pesticidas para atingir os níveis de produtividade almejados, estão aumentando e, portanto, destinando áreas extensas para pastagens de gado. Onde a floresta ainda não foi desmatada, os pesticidas também são espalhados para que a terra possa ser utilizada.

Morada Nova é uma das muitas comunidades próximas à cidade de Timbiras. Todas elas são muito remotas e só podem ser alcançadas por meio de estradas de terra não pavimentadas e cheias de buracos. As famílias vivem da natureza local e praticam agricultura de subsistência. A área ainda é relativamente verde, parece que o setor agrícola com suas monoculturas ainda não penetrou aqui. Embora algumas das pessoas sejam descendentes de quilombolas ou indígenas, elas não se identificam como tal e vivem como "camponeses", ou seja, praticam a agricultura familiar. Acompanhados pelas organizações CPP e CPT, eles se organizam contra a invasão de suas terras por fazendeiros. Embora nem

tudo tenha sido cortado aqui ainda, os fazendeiros já estão tentando destruir as florestas com venenos agrícolas para que o gado possa pastar nelas e eles possam lucrar com a criação de pastos.



Na reunião de 30 de maio de 2024, representantes de 23 comunidades vizinhas se reunirão em Morada Nova. Elas estão sofrendo as consequências da pulverização de pesticidas há três anos. Eles contam uns aos outros sobre o que estão vivenciando recentemente. Primeiro eram os aviões que pulverizavam veneno, agora são os drones. A névoa de pulverização dos drones se espalha incontrolavelmente no ar, no solo e na água. Francisco, de Morada Nova, foi atingido diretamente na pele pelo veneno e tem ferimentos graves na perna. É difícil ter acesso a cuidados médicos aqui e ele não sabe que

consequências as feridas terão para sua saúde. Outro participante está familiarizado com esses ferimentos, os meus que seu pai teve ao ser atingido pelo veneno e sofrer sintomas como dores de cabeça, dores nos membros, fadiga e, por fim, não conseguir mais mover a perna. Infelizmente, ele ficou gradualmente paralisado e morreu.

Todas as comunidades presentes tem uma história para contar. A terra é atingida pelo veneno, que se instala no solo e destrói os microorganismos. As plantas e as frutas das quais as pessoas se alimentam estão ficando marrons e muito menores do que antes. As pontas das palmeiras daqui também estão ficando marrons há algum tempo e estão secando repentinamente. No entanto, o solo existe para o cultivo de alimentos, portanto, também é um recurso renovável que precisa ser tratado com cuidado.

Os pesticidas também chegam às águas superficiais e, durante chuvas fortes, ao lençol freático através do solo. A poluição da água é claramente perceptível em Morada Nova: "Toda vez que tomamos banho no rio, temos erupções cutâneas. Nossos filhos também têm coceira por toda parte", diz Francisco. A mesma água serve como água potável para a comunidade, pois não há mais nada disponível na zona rural. Não está claro para as pessoas quais são exatamente os perigos associados a isso, mas elas estão experimentando os danos à sua saúde em primeira mão. Elas sofrem com os mesmos sintomas que indicam envenenamento: Ardência nos olhos e erupções cutâneas, cansaço, dores de cabeça, dores nos membros, além de problemas digestivos com náuseas, vômitos e diarreia.

De acordo com o Atlas of Pesticides (2022), o envenenamento por pesticidas pode causar falência de órgãos do coração, pulmões ou rins. Estudos mostram a relação entre a exposição a pesticidas e a ocorrência de doenças crônicas, como Parkinson ou leucemia infantil. O risco de câncer de fígado e de mama, diabetes, asma, alergias, obesidade e distúrbios endócrinos também aumenta.

Quando os pesticidas são pulverizados em Morada Nova, não é apenas a população local que é afetada. O Brasil é conhecido por seus "rios voadores". Isso significa que a água poluída chove sobre a terra por meio da evapotranspiração, ou seja, a transferência de vapor de água da superfície da terra para a atmosfera, e por meio de ventos em áreas distantes. Dessa forma, os pesticidas podem percorrer distâncias de mais de 1.000 quilômetros<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> <https://br.boell.org/sites/default/files/2024-05/240416-atlas-do-agrotoxico-2024-segunda-edicao.pdf>

Os participantes da reunião estão indignados com essa injustiça e com a falta de respeito aos seus direitos, ao seu modo de vida e à natureza. Eles descrevem os pesticidas como uma "arma química" e enfatizam que se trata de graves violações dos direitos humanos. Maria, de Morada Nova, acrescenta: "Eles não têm respeito pela terra. Mas a terra é nossa mãe. Se ela está doente, eu também estou".

Márcia, da CPT, fala sobre um projeto de lei que visa proibir a pulverização de venenos agrícolas no Maranhão. Para que a lei tenha uma chance de entrar em vigor, três por cento dos eleitores do Maranhão devem assinar a favor dela. A lei já foi aprovada no Ceará, mas ainda faltam muitas assinaturas aqui no Maranhão, e é por isso que a CPP e a CPT estão levando a questão para as comunidades. Márcia chama a atenção para a resistência e ressalta que há formas de reagir. "Quando os grandes fazendeiros chegam aqui com seus tratores, o que fazemos? Ocupar, ocupar, ocupar. Usamos nossos corpos para impedi-los de se apropriar da terra e destruí-la." Suas licenças ambientais são ilegais e o desmatamento e a recuperação de terras são crimes ambientais. De acordo com a Convenção 169 da OIT, as comunidades têm o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada (FPIC) antes que empresas ou fazendeiros de grande escala invadam suas terras. Para esse fim, as comunidades podem elaborar protocolos de consulta nos quais documentam as condições exatas para esse FPIC. As organizações locais planejam a criação desses protocolos junto com as comunidades para poderem se proteger legalmente.



## 6. Rio dos Cachorros: grilagem de terras e destruição de meios de subsistência pelo complexo portuário

No final da ferrovia de Carajás fica o Terminal Marítimo da Ponta da Madeira, um grande porto privado de carregamento de minério de ferro perto de São Luís, operado pela Vale. Desse terminal, o minério de ferro é transportado para todo o mundo, mas principalmente para a Europa e o Leste Asiático. É um dos poucos terminais no Brasil que é adequado para navios extremamente grandes, com 500 metros de comprimento e 500.000 toneladas de peso morto. Quando o terminal entrou em operação, em 1986, foram embarcadas 11,6 milhões de toneladas de minério de ferro<sup>16</sup>. Em 2023, esse número havia aumentado para 166,33 milhões de toneladas<sup>17</sup>.

Ao lado fica o porto do Itaqui, que é operado pela estatal EMAP (Empresa Maranhense de Administração Portuária). Ele foi construído pela França em 1612, sendo que a construção do cais atual começou em 1960 e entrou em operação em 1972. O porto é especializado no manuseio de produtos sólidos e líquidos a granel, ou seja, no transporte de grãos, principalmente soja, milho e celulose, por um lado, e na importação de diesel, gasolina e fertilizantes, por outro. Em 2022, um total de 33,6 milhões de toneladas de carga foi exportado, sendo 23 milhões de grãos<sup>18</sup>.

<sup>16</sup> <http://nortebrazil.com.br/terminal-de-ponta-da-madeira/>

<sup>17</sup> <https://www.noticiasdemineracao.com/portos/news/4330891/terminal-da-vale-ma-lidera-movimentacao-cargas-brasil>

<sup>18</sup> <https://www.portodoitaqui.com/porto-do-itaqui/operacoes-portuarias/movimentacao-de-carga>

Os altos índices de transbordo e exportação são possíveis graças à conexão com linhas ferroviárias e rodovias que atravessam todo o país: como mencionado anteriormente, a Estrada de Ferro Carajás (EFC) termina aqui, o que também proporciona uma conexão com a ferrovia norte-sul que se encontra com a EFC em Açailândia. A Transnordestina (FTL), que liga várias cidades importantes do nordeste à São Luís em uma distância de 4.238 quilômetros e passa por sete estados federais, também termina aqui. As rodovias BR-135 e BR-222 também levam à São Luís. Elas, por sua vez, estão conectadas a estradas que percorrem todo o país, como a BR-226 para Anápolis ou a BR-010 para Brasília, no estado de Goiás. A BR-316 é a ligação com a BR-230 (Transamazônica), que vai de João Pessoa, na costa leste, até Lábrea, no oeste da região amazônica. As mercadorias também são transportadas para o porto pelos rios Mearim, Pindaré, Cachorros e Grajaú<sup>19</sup>.

O terminal da Vale e o porto do Itaqui ocupam grandes áreas de terra na península de São Luís. Centenas de caminhões chegam aqui todos os dias para transportar soja e outros produtos para os armazéns. Nos últimos anos, a Vale anunciou planos de construir uma enorme siderúrgica ao lado do terminal e muitas empresas já estão localizadas ao longo da estrada de acesso. Entre elas estão vários distribuidores de combustíveis e fertilizantes, bem como empresas de construção, usinas de energia, siderúrgicas, uma empresa de transporte, uma bacia de distribuição, produção de cimento e um centro de reparos de trens.



Devido ao constante aumento de produtividade por parte das empresas e da política, o setor está se expandindo e as comunidades tradicionais da península estão sentindo os efeitos. No dia 7 de junho, na comunidade de Rio dos Cachorros, representantes de várias comunidades da península se reunirão para falar sobre as mudanças e os problemas que as empresas estão trazendo consigo. São pescadores, pequenos agricultores e marisqueiras.

"Em 1980, a água dos lagos e rios ainda estava limpa. Nós plantávamos e pescávamos, havia comida suficiente e a natureza era saudável. Nesse meio tempo, as sardinhas ficaram menores e em menor número, a água está turva e suja. Nossas plantas e canteiros também estão sujos, os frutos têm manchas pretas e não colhemos quase nada", diz Maria, de Cambor dos Frades.

As grandes empresas estão se expandindo por toda parte e roubando as terras das comunidades que vivem aqui há anos. Em 2000, cinco empresas siderúrgicas chegaram e queriam expulsar todas as comunidades daqui, dizem os presentes. Elas se organizaram e, após quatro anos de resistência e a formação de um grupo militante, conseguiram ficar. As empresas então se mudaram para o Rio de Janeiro.

Em 2009, chegou a empresa de energia Eneva. Aqui, as comunidades também tentaram resistir à grilagem de terras, mas não conseguiram impedir a construção da usina. A Eneva entrou em diálogo com algumas das comunidades para discutir o pagamento de indenizações. "No final, a empresa doou alguns bens domésticos, mas não podemos mais pescar", explica Maria. A Eneva também prometeu empregos para a população local. Hoje, cerca de 100 pessoas trabalham lá, mas ninguém da comunidade foi contratado. As pessoas sabem que as condições de trabalho são ruins e que as pessoas

---

<sup>19</sup> [https://www.embrapa.br/macrologistica/exportacao/porto\\_sao\\_luis](https://www.embrapa.br/macrologistica/exportacao/porto_sao_luis)

ficam doentes por trabalharem para as empresas. A empresa não emprega pessoas que se opõem às suas ações.



Enilde, moradora da Vila Colhê, nos conta que a Eneva tem raízes alemãs. De fato, a empresa é resultado da fusão entre as companhias MPX Energia e OGX Maranhão, ambas pertencentes ao Grupo EBX, do bilionário Eike Batista. A MPX foi vendida para o grupo energético alemão E.ON, com sede em Essen, em 2014, e mudou seu nome para Eneva. A OGX foi para o Fundo de Investimento Cambuhy, que é ligado à família Moreira Salles. Esta, por sua vez, é uma família milionária que é co-fundadora do maior banco da América Latina, o Banco Itaú<sup>20</sup>. A OGX passou a se chamar Parnaíba Gás Natural e, em 2016, a Eneva e a Parnaíba Gás Natural se fundiram, mantendo o nome Eneva<sup>21</sup>.

Em São Luís, portanto, os efeitos da indústria siderúrgica, como em Piquiá de Baixo, e as consequências diretas da linha férrea, como em Francisco Romão, se unem: O carregamento de ferro, a produção de ferro-gusa e cimento causam a poluição do solo, do ar e da água. As comunidades locais também sofrem outras consequências, como os venenos agrícolas e a disseminação da violência sexualizada. Além disso, há a queima de mais de 1 milhão de toneladas de carvão por ano.

"A luta está ocorrendo em nosso quintal. As empresas jogam o sangue da terra nos rios".

Os políticos locais trabalham em conjunto com as empresas, dizem os representantes da comunidade. "Nós votamos a favor deles, eles votam contra nós". Por exemplo, há seis órgãos que deveriam medir a poluição ambiental em torno de São Luís. Os políticos apoiam as empresas fazendo com que os centros de monitoramento ambiental sejam criados pelas mesmas empresas que devem ser monitoradas. Essas empresas, então, interpretam os dados a seu favor e as comunidades não têm elementos básicos para defender seus direitos.

As empresas têm outras estratégias para se imporem contra as comunidades. Os participantes citam como exemplo a oferta de retreinamento como carpinteiros, pedreiros ou marceneiros. Dessa forma, as tradições e as profissões que as comunidades praticam há séculos seriam perdidas. As empresas estão, portanto, roubando das comunidades sua identidade, sua coesão e seu poder de resistência.

O que fortalece a luta das comunidades locais são suas tradições, sua espiritualidade e suas festas. A comunidade Taím, por exemplo, celebra três festas todos os anos: São Benedito, Santa Maria e São Raimundo do Nato. Eles são descendentes de indígenas e quilombolas e vivem no local há mais de 100 anos.

As lutas pela terra e pelo meio ambiente vêm ocorrendo na península há muitos anos. O primeiro movimento foi o "Movimento de Defesa da Ilha". Além de seus problemas com a terra e o meio ambiente, eles também tiveram que enfrentar muitas ameaças das empresas. "Estamos arriscando nossas vidas nessa luta", explica Enilde..

Em abril de 2024, o movimento publicou uma carta aberta à população de São Luís alertando sobre a crescente destruição ambiental. Entre outras coisas, ela diz respeito a uma lei de planejamento urbano da cidade de São Luís (7.122/23), que facilita a apropriação de terras em áreas rurais por empresas industriais e imobiliárias. A lógica da lei segue um modelo de desenvolvimento ultrapassado que visa

<sup>20</sup> <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2023/09/01/moreira-salles-irmaos-de-onde-vem-a-fortuna.htm>

<sup>21</sup> <https://pt.wikipedia.org/wiki/Eneva>

destruir as áreas verdes e protegidas remanescentes em São Luís para construir novas instalações industriais e portuárias.

"Esse modelo busca a todo custo a desapropriação de territórios e comunidades tradicionais, cujo modo de vida está ameaçado por empresas que prometem um falso progresso e desenvolvimento para o Maranhão. Essas mudanças na legislação urbana vão na contramão de todas as demandas por um mundo saudável, contribuem para o agravamento dos problemas socioambientais e climáticos e não resolvem a necessidade de emprego e renda" (CARTA À POPULAÇÃO DE SÃO LUÍS)<sup>22</sup>.

Essa carta aberta enfoca, em especial, a crescente poluição atmosférica causada pela indústria de metais pesados. Todos os anos, São Luís emite mais de 50.000 toneladas de poluentes, como material particulado, óxidos de nitrogênio, dióxido de enxofre, monóxido de carbono e ozônio. Estudos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) mostraram que o padrão anual legalmente permitido foi excedido em 23.380% apenas no caso do dióxido de enxofre. O valor permitido é de 40 microgramas por metro cúbico e havia estações de medição com uma média anual de 9.392 microgramas por metro cúbico.

O aumento de doenças nos últimos anos tem sido grande: câncer, doenças respiratórias, leucemia e doenças de pele têm levado à morte, disseram os representantes na reunião em Rio dos Cachorros. A carta confirma esse fato com dados da UFMA. Entre 1996 e 2022, as mortes aumentaram em 162%, assim como as mortes por câncer. Em comparação com o Brasil como um todo durante esse período, esses dados aumentaram de 99% a 136%.

O Movimento de Defesa da Ilha está reivindicando a titulação das terras para os povos e comunidades tradicionais que sempre as ocuparam e mantiveram. Ele também pede a promoção da agricultura e da pesca tradicionais, o reflorestamento de áreas degradadas, o investimento em abastecimento de água, saneamento e coleta de lixo, transporte público gratuito e acessível e, finalmente, o cumprimento imediato das normas ambientais: "Defendemos uma São Luís para todos e não apenas para alguns, principalmente empresas transnacionais que se aliam a governos sem trabalhar por uma vida saudável para os habitantes. Portanto, conclamamos a população, a classe política progressista, os sindicatos, os movimentos sociais e comunitários e os movimentos religiosos a trabalharem juntos para encontrar formas de reestruturar o modelo socioeconômico e ecológico que nos permita viver uma vida boa (Bem Viver)."

## 7. Quem se beneficia? Exemplo do comércio de pesticidas

A mina de Carajás, a linha férrea e os portos de São Luís servem, em última instância, para exportar matérias-primas e mercadorias para a Europa, a China e os EUA. No Brasil, essa infraestrutura beneficia grandes empresas, como a Vale S.A., e várias famílias ricas que atuam tanto na política quanto no setor agrícola.

O exemplo do comércio de pesticidas tem o objetivo de ilustrar como o Norte global lucra com a exploração no Sul global de uma maneira neocolonial.

O mercado de produtos químicos agrícolas está crescendo em todo o mundo e está se tornando cada vez mais monopolizado. As quatro empresas Syngenta Group (uma fusão de empresas de Israel, China e Suíça), Bayer (EUA e Alemanha), Corteva (EUA) e BASF (Alemanha) controlam 70% do mercado global de pesticidas em 2018. Em comparação: 25 anos antes, eram 29%. Essas empresas também dominam 57% do mercado de vendas de sementes. As empresas estão investindo cada vez mais em países do Sul global, onde há menos regulamentações sobre o uso de pesticidas.

---

<sup>22</sup> <https://observatorio.ufma.br/movimento-de-defesa-da-ilha-lanca-carta-a-populacao-alertando-para-o-aumento-da-degradacao-ambiental-em-sao-luis/>

O Brasil é o maior importador de pesticidas do mundo desde 2021 e tem o terceiro maior uso de pesticidas. Em 12 anos, entre 2010 e 2021, o consumo de agrotóxicos no país aumentou 87%. Isso se deve, em parte, à expansão do setor agrícola e da área cultivada: Somente a área cultivada com soja aumentou em cerca de 76% entre 2005 e 2022. Com 42 milhões de hectares, a área em 2023 será maior do que a Alemanha e a Bélgica juntas. O mercado de agroquímicos no Brasil gerou cerca de 28 bilhões de euros (101,7 bilhões de reais) em 2020.

Em 2019, pelo menos 14 substâncias ativas altamente perigosas foram importadas do exterior, inclusive de países da UE, que não são autorizadas na UE. Quatro delas vêm da Alemanha: fipronil e epoxiconazol (BASF), cianamidas (Alzchem AG) e propineb (Bayer)<sup>23</sup>. A Bayer gera 45% de seus lucros com a venda de pesticidas que são proibidos na UE. Embora o volume total na BASF seja menor, ele chega a 75%<sup>24</sup>.

Larissa Bombardi, uma pesquisadora brasileira, fala de um sistema de "colonialismo molecular". "As nações ricas exportam produtos industrializados e de alta tecnologia, enquanto os países mais pobres exportam bens básicos, como alimentos e produtos de mineração. Até hoje, ainda estamos reproduzindo o modelo colonial que as potências coloniais europeias introduziram há 500 anos"<sup>25</sup>. A Europa exporta pesticidas para o Brasil e importa *commodities* agrícolas baratas de lá. Os efeitos negativos do veneno, portanto, permanecem com as pessoas e o meio ambiente no Brasil. O Estado brasileiro se beneficia economicamente e pouco se importa com as consequências, assim como as empresas alemãs e os chefes do setor agrícola brasileiro. As *commodities* cultivadas no Brasil com pesticidas proibidos na UE e importadas para a Alemanha incluem o café (faturamento de US\$ 974 milhões), a soja (US\$ 793 milhões), o tabaco (US\$ 455 milhões) e a celulose (US\$ 52 milhões)<sup>26</sup>.

Na Alemanha, há pedidos de proibição de exportação de pesticidas tóxicos. Uma proposta está sendo discutida há dois anos e também há vontade política. Então, por que ela está fracassando?

Assim como há um enorme desequilíbrio de poder entre os povos e comunidades tradicionais e o lobby agrícola no Brasil, há desequilíbrios de poder na Alemanha. A Bayer gasta dois milhões de euros por ano em um suposto escritório de ligação com políticos em Berlim. Além disso, a empresa investe até 400 milhões de euros no desenvolvimento de uma única toxina agrícola. Se você observar as somas gastas no desenvolvimento de um pesticida, a pressão e as relações de poder por trás disso se tornam mais claras. Organizações como a INKOTA, que fazem campanha pela proibição das exportações, são financiadas por doações e fundos de projetos do governo federal, que são muitas vezes menores<sup>27</sup>.

O comércio de pesticidas é um dos muitos exemplos ao longo da ferrovia Carajás que ilustram claramente as desigualdades e as relações de poder entre o Sul global e o Norte global. Padrões típicos de exploração no sentido do neocolonialismo também são evidentes: por um lado, uma potência colonial, como a Europa, lucra com matérias-primas baratas da antiga colônia do Brasil. Ao mesmo tempo, as relações de poder social são mantidas tanto no Brasil quanto entre o Brasil e a UE. Pessoas com uma longa história de opressão, como quilombolas, povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, continuam a ser oprimidas. Devido à sua pobreza, alguns deles são forçados

---

<sup>23</sup> <https://www.boell.de/sites/default/files/2022-01/Boell-Pestizidatlas-2022.pdf>

<sup>24</sup> Podcast Deutschlandfunk Doku "Exportschlager Gift – Der Einfluss der Agrochemie-Lobby (07/2024), <https://www.ardaudiothek.de/episode/dlf-doku-deutschlandfunk/exportschlager-gift-der-einfluss-der-agrochemie-lobby/deutschlandfunk/13541393/m>

<sup>25</sup> [https://issuu.com/action-solidarite-tiers-monde/docs/magazine\\_mai\\_2023/s/24632295](https://issuu.com/action-solidarite-tiers-monde/docs/magazine_mai_2023/s/24632295)

<sup>26</sup> <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/352>

<sup>27</sup> Podcast Deutschlandfunk Doku "Exportschlager Gift – Der Einfluss der Agrochemie-Lobby (07/2024), <https://www.ardaudiothek.de/episode/dlf-doku-deutschlandfunk/exportschlager-gift-der-einfluss-der-agrochemie-lobby/deutschlandfunk/13541393/m>

a trabalhar para grandes empresas e, assim, acabam em condições de dependência. A falta de água potável e de alimentos também torna as pessoas dependentes do mercado e, portanto, das empresas.

## 8. Conclusão

Muitas pessoas que cresceram com os privilégios do Norte global percebem que precisamos da natureza para sobreviver e, portanto, devemos proteger o meio ambiente. Também está claro que os direitos humanos não são negociáveis. Para muitas comunidades no Brasil, a destruição do equilíbrio natural no qual vivemos com a natureza é uma violação grave. De acordo com esse entendimento, eles são parte da natureza, nutrindo-a e plantando nela. Eles tratam a natureza como seu próprio corpo. A utilização e a destruição da natureza são problemáticas para as comunidades, não apenas porque colocam em risco a sobrevivência humana no planeta, mas também porque qualquer destruição do meio ambiente é uma destruição de seus corpos. No Candomblé, uma religião afro-brasileira, por exemplo, há certos lugares que são associados a santos. As pessoas cuidam desses lugares e os utilizam para cuidar dos santos, que, por sua vez, cuidam das pessoas e de seu bem-estar. Se esses lugares são destruídos, construídos e envenenados, as pessoas ficam doentes. Também é uma consequência dos valores eurocêntricos e coloniais o fato de as religiões e a espiritualidade dos povos e comunidades tradicionais receberem muito pouco valor nas discussões públicas.

Os espaços dos povos e comunidades tradicionais no Maranhão estão literalmente encolhendo devido à expansão da indústria. Mas, também em um sentido mais amplo, todas as comunidades visitadas relataram dificuldades crescentes para realizar seu ativismo e engajamento político. As pessoas estão ocupadas tentando sobreviver e trabalhar por conta própria, o que não deixa tempo ou energia para atividades políticas. Organizações como JnT e CPP estão sofrendo cortes de financiamento da Europa, o que limita e complica seu trabalho. Portanto, precisamos de uma mudança de pensamento há muito esperado na Europa e de mudanças no sistema global, especialmente na política e na economia. As ideias que estão sendo pesquisadas no Norte global, como utopias de convivência, existem há muito tempo nos sistemas e infraestruturas inferiorizadas dos inúmeros povos e comunidades tradicionais do Brasil.